MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

TÍTULO

Nome do autor(a) do Projeto

Nome do Orientador(a)
Nome do Co-orientador(a) (se houver)

Recife
20xx

Nome do autor(a) do Projeto

TÍTULO

Sub-título

Recife
20xx

Sumário - NBR 6027 e NBR 6024

Numeração consecutiva e igualmente margeada.

Conter número da página.

Os títulos e subtítulos das seções do trabalho acadêmico devem refletir o conteúdo nelas trabalhado.

Recomenda-se que os títulos e subtítulos sejam alinhados pela margem do título do indicativo mais extenso

PARA CRIAR SUMÁRIO NO WORD

1. Por o cursos na linha do título
2. Passar o ESTILO dos títulos e subtítulos do trabalho para TÍTULO DO WORD
3. No menu REFERÊNCIAS, ir na opção Sumário (no canto esquerdo)
4. Selecionar SUMÁRIO AUTOMÁTICO 1
5. Personalizar o Sumário

Para atualizar o Sumário = selecioná-lo. Ele se torna cinza. Na parte superior, há a opção selecionar: Atualizar Sumário. Outro caminho é clicar no botão esquerdo do MOUSE e escolher a opção ATUALIZAR CAMPO. Então, clicar na opção: Sumário inteiro

SUMÁRIO

1 Introdução	1
1.1 Objeto da pesquisa	1
1.2 Problematização	13
1.3 Hipótese(s)	14
2 Objetivos e Metas	15
3 Justificativa	21
4 Metodologia	23
5 Roteiro	30
6 Cronograma	30
7 Orçamento	32
Referências	32

1 Introdução

Conforme a NBR 15.287, Projeto de Pesquisa, item 4.2.2, a parte introdutória do Projeto deve conter: 1.1 Tema do projeto; 1.2 Problema a ser abordado; 1.3 Hipótese(s), quando couber(em).

Nosso objetivo com este arquivo não é fornecer um modelo formulaico de um projeto de pesquisa, mas sim despertar para os elementos indispensáveis à elaboração de um projeto de pesquisa.

Antes, umas palavras sobre pesquisa e direito. Não nos é desconhecido que há certo estranhamento na existência de uma disciplina PESQUISA E DIREITO, no curso de graduação em direito. Compreensível pelos mais diversos motivos, dentre os quais elencamos: visão de sua inutilidade, afinal, o exercício das profissões jurídicas não requer saber fazer pesquisa científica; visão de perda de tempo, afinal, não cai na prova da OAB; visão de ser muito cedo, afinal, Projeto de TCC está prevista no 8º período.

Essas visões são todas corretas, afinal estão relacionadas à concepção de ensino jurídico, de formação profissional, do sentido de existir universidade. Coisas da modernidade, pois na antiguidade e na idade média nada disso existia.

Bom, para quem considera que a formação profissional deve ser tecnocrata, deve reduzir os cursistas reprodutores de informações, é certo que o ensino jurídico deve ser voltado a fornecer dicas de como ser aprovado em concursos e, quando possível, dicas sobre atuação do cotidiano profissional, como se fosse possível prever todas as peculiaridades e nuances e desafios que o cotidiano profissional contém. Ocorre que esta visão se esquece o quanto um profissional é justamente aquele que não se reduz à reprodução de informações, antes, é justamente quem conta com habilidade para equacionar tais peculiaridades e nuances, portanto, aquele que conta com diferencial reflexivo para lidar com as situações que

diferenciam cada caso. Não se trata de que cada caso é um caso, mas que não há casos iguais, assim como não há seres humanos iguais. Por mais que haja similitude entre os humanos, elementos que os identificam como integrantes da espécie humana, não há dois seres humanos iguais.

O desafio de lidar com a infinitude de peculiaridades e nuances que cada caso detém requer não fórmulas, mas justamente habilidade não formulaica. Claro que fórmulas ajudam, servem para auxiliar primeiros passos, mas não para o desenvolvimento da habilidade que o exercício profissional demanda. Propomos que essa habilidade é a reflexividade. Capacidade humana de conectar, desconectar, diferenciar, desdiferenciar as situações, a capacidade de conhecer, compreender, diferenciar. É nessa perspectiva que a disciplina está pautada, pois, ao tempo em que não há formulário, modelão, há exercícios que viabilizam o desenvolvimento da reflexividade. Habilidade de “adaptar”, “amoldar”, “equacionar” critérios para lidar com a infinita peculiaridade e nuance que cada caso condiciona. Não optamos por termos como racionalidade, por ele ser normativista e a formação profissional jurídica voltada à prática forense requer reflexividade mais que reprodutividade, requer mais habilidade de criatividade que de acomodação. Assim entendemos porque somos seres hábeis tanto para adequação e aceitação, como para duvidar e resistir a informações.

Tudo isso é o que me leva a escrever que, mesmo não tendo um conceito do que é pesquisa, muito menos do que é pesquisa científica, não confundimos esta com ter uma opinião sobre algo, com defender uma visão de mundo. Como todos admitimos que há a diferença entre pesquisa científica e pesquisa forense, proponho que aprender a lidar com pesquisa científica é salutar ao desenvolvimento de juristas não reprodutivistas, mas sim reflexivos. Assim é porque quando se tem noção do que é e como fazer pesquisa científica, se desperta para o cuidado com as informações que os chegam e com as que emitimos. A habilidade a que me referia é justamente essa, ter habilidade para organizar uma reflexão, habilidade para lidar com informações, argumentos.

Assim, justifico a importância da disciplina. Para isso, serão exigidos duas práticas de pesquisa científica: produzir um projeto de pesquisa e elaborar um relatório de pesquisa, ou seja, efetivamente desenvolver uma pesquisa documental.

Ao produzir um projeto de pesquisa, o/a cursista exercitará a habilidade reflexiva de organizar suas ideias sobre um objeto de pesquisa. Habilidade auxiliar ao exercício profissional. Também importante para se concorrer ao financiamento de estudos e pesquisas, como é o caso de aprovação em cursos de mestrado e doutorado, nacional ou internacional.

Iniciemos o Projeto.

Fundamental não esquecer e ter sempre em mente na elaboração do projeto: Projeto de Pesquisa é um todo coerente entre si e não partes desconectas. Com isso, estou alertando para que ao pensar o tema, escolher o tema simultaneamente se leva em conta que dados serão usados para pesquisar o tema. Ou ainda: a escolha do tema, o problema de partida, os objetivos, a justificativa, a metodologia estão intrinsecamente vinculados. A SUGESTÃO É: ao pensar num tema, considerar os dados (quais, como e onde vai obter) como os vai analisar. Ainda que sejam muitos pontos simultâneos e que eles podem e devem ser tratados sequencialmente, um não é separável do outro. Fica a dica.

Como escrito em vermelho, no início desta seção, Introdução é a parte de um projeto de pesquisa que deve ter: objeto; problema de partida; hipótese, quando houver. A Introdução não conta com subdivisões (as fizemos aqui apenas para apresentar cada item).

Alertamos para a necessidade de distinguir: tema, objeto e título. Tema é o assunto. Objeto é o tema delimitado. Título é o nome que se dará à pesquisa.

Objeto é o que se pretende pesquisar, é um tema (assunto) delimitado. O objeto envolve a pergunta: O QUE? e O QUE DO QUÊ?

Iniciar a redação de um projeto de pesquisa, de sua introdução não é tarefa fácil nem para o mais experiente pesquisador, afinal, a aprovação da pesquisa

dependerá de vários critérios, todavia, a redação indica justamente a familiaridade, a expertise, o domínio, a profundidade que o pesquisador tem com o tema. Como sugestões (dicas), temos: 1ª) a redação científica requer clareza, objetividade, para isso é indicado uso de parágrafos curtos, evitar adjetivações; 2ª) o texto de um projeto deve começar escrevendo sobre o tema e seguir delimitando-o, portanto, tratando do objeto da pesquisa.

Uma sugestão é iniciar escrevendo genericamente sobre o tema, tratando do assunto, localizando o leitor (muitas vezes o avaliador do Projeto) no âmbito de sua pesquisa e, na sequência, ir apresentado como o tema foi delimitado = como você estabeleceu o objeto da pesquisa, ou seja, como foi DO TEMA AO OBJETO, ou seja, como delimitou o tema.

A via mais usada é tratar de subtemas e explicar os elementos e critérios usados na delimitação, assim é que você descreve como chegou à **delimitação do tema**. Ao final do texto do objeto, o leitor deverá saber o tema escolhido e o objeto da pesquisa = tema delimitado.

Antes de seguir. Alguns ALERTAS BÁSICOS COM A REDAÇÃO:

Evite citações diretas extensas = evitar reproduzir ideias alheias sem as trabalhar, ou seja, sem que escreva algo para que o leitor conheça suas reflexões quanto a esta passagem citada.

Procure produzir reflexões próprias. Uma dica é escrever em forma de “interlocução” com as ideias dos autores citados.

Quando fizer citações diretas, é indicado escrever um ou mais parágrafos sobre o conteúdo da citação direta apresentando suas reflexões sobre a citação. Assim, você demonstra ao leitor e avaliador que não se limitou a reproduzir ideias, mas sim, refletiu sobre o que foi citado.

Cuidado com afirmações na exposição do tema (objeto) de pesquisa, afinal trata-se de um projeto de pesquisa, algo a que será pesquisado.

Evite cair em situações “atratoras” como:

argumento de autoridade – É preciso ; É necessário; Na verdade; É certo ...

verdade comum = Como é sabido; É indubitável ...

afirmações sem expor dados = Na prática sabe-se que; A violência está aumentando, por isso ...

Voltando à questão do objeto da pesquisa, cabe tratar da ESCOLHA DO TEMA e do OBJETO DA PESQUISA. Para isso, elaboramos uns alertas para a escolha do tema.

ALERTA 1: da escolha do tema ao objeto da monografia

O tema da pesquisa é o primeiro desafio. Numa graduação, esse desafio é ampliado por diversos motivos, dentre eles, temos:

a) ainda não se tem uma área de pesquisa de preferência, o que enseja uma multiplicidade de temas passíveis de vir a ser objeto da monografia. PROBLEMA = todos, igualmente, configuram como interessantes, desejados e possíveis;

b) a falta de prática em pesquisa. Delimitar requer promover limitações à pesquisa, limitações indispensáveis para se escrever a monografia. Não uma limitação cognitiva, mas temporal;

c) condições próprias de cursos de graduação. O graduando tem disciplinas a cursar + estágio obrigatório a fazer + se preparar para prova da OAB + fazer uma monografia e apresentá-la perante comissão examinadora. TEMPO é um fator que não pode ser ignorado na escolha do tema.

ALERTA 2: Não confundir escolha do tema com título da monografia.

No momento de escolha do tema é comum se dedicar ao título da monografia, porém não é indicado dedicar horas e horas a estabelecer o título da monografia, inclusive porque há uma grande tendência de o título mudar, até mesmo sem mudar o objeto da pesquisa.

O Projeto tende a ter um título provisório da monografia. Não que o título tem que mudar, ele pode sim ser o mesmo até o final do TCC. Apenas alerto que este não é o momento para se dedicar ao título da monografia, mas a definir um tema.

O título deve refletir o conteúdo do trabalho, ele não pode ser desvinculado com o conteúdo da monografia. Portanto, se a pesquisa ainda será realizada, o título tende a mudar ao longo do processo de pesquisa e da redação da monografia. De toda maneira, o projeto também tem seu título. Ainda assim, esse título pode ser elaborado ao final da redação do Projeto e não agora, antes mesmo de seu início.

É indicado que o título seja curto, com palavras centrais que permitam o leitor ter uma noção do tema e sua delimitação. Por isso, é indicado haver subtítulo. Mas não é obrigatório. O título tende a despertar expectativas do leitor sobre o que está contido na monografia.

Exemplos:

a) Teoria da justiça em Kans Kelsen. (Não imagino a necessidade de um subtítulo).

b) Acesso à justiça. (para este tema necessariamente tem que haver um subtítulo, pois é diversas maneiras de lidar com o acesso à justiça, tais como:

b.1) Acesso à justiça e formas de resolução de conflito: a relação população de baixa renda e o Judiciário.

b.2) Acesso à justiça e formas de resolução de conflito: as medidas legais e judiciais para o problema da morosidade processual.

b.3) Acesso à justiça e formas de resolução de conflito: da mediação à justiça restaurativa.

Etc..

ALERTA 3: pontos a serem considerados na escolha do tema

a) AFINIDADE

Não há quem suporte escrever uma monografia sobre um tema que não gosta. Por isso, é indicado que o tema escolhido esteja vinculado a uma área do conhecimento que você tem afinidade, um tema que você tem interesse em aprofundar o debate, um tema que chama sua atenção, seja porque motivo for.

Essa afinidade pode ser porque o tema tem relação com caso(s) vivenciado(s) em seu estágio; com caso(s) e processo(s) em que atuou ou teve contato; com algo que foi veiculado na imprensa e que lhe chamou atenção; com uma situação vivenciada; com uma história etc.

Quanto o tema está relacionado com algo de nossa vivência, há uma grande probabilidade de as etapas da elaboração do projeto, do desenvolvimento da pesquisa e da redação da monografia não serem fatigosas e cansativas. Quando se tem afinidade com o tema, quanto mais nos dedicamos a ele, mais queremos aprofundar.

b) CONHECIMENTO BÁSICO

É indicado que você faça um levantamento prévio de informações sobre o tema, um breve apanhado de informações, por mais superficiais que sejam. Não há como lidar com um tema sem um mínimo de conhecimento inicial.

Fazer esse levantamento prévio ajuda, inclusive, a verificar a viabilidade de o tema ser desenvolvido numa monografia de graduação. Muitas vezes cogitamos um tema e quando lemos um texto de lei, uma jurisprudência, um artigo, uma postagem num blog etc. esclarecemos as dúvidas e curiosidades, portanto, não é este um tema para monografia.

Não se trata de considerar que há temas irrelevantes. A leitura de um texto legislativo, uma consulta a um texto de wikipedia pode ser suficiente para o que você pensou como temática deixar de ser de seu interesse. Todo tema é relevante, portanto passível de ser objeto de uma pesquisa, da monografia. Ocorre que uns se mostram muito simplórios, outros não, outros muito complexos.

No caso de o tema ser muito complexo, ele demandará mais dedicação, o que não se confunde que não ser passível de ser desenvolvido como monografia. Voltando ao exemplo do tema justiça. Justiça é um tema que tende a ser visto como impossível de ser objeto de um TCC. Não vejo assim, afinal nenhum tema é, por si, impossível de ser transformado em objeto de monografia, se há alguma dificuldade, é que delimitação fazer. No caso da justiça, para uma monografia, sugerimos delimitar por um autor: teoria da justiça em Hans Kelsen.

Para verificar a viabilidade de um tema ou uma ideia de pesquisa, basta testá-lo. Um teste muito fácil e simples é fazer uma busca na internet, proceder umas leituras. Uma monografia sobre justiça, delimitando em Hans Kelsen, bastaria uma busca com essas palavras e, observada a viabilidade, temos uma monografia plenamente viável sobre justiça em Kelsen.

c) OBJETIVIDADE/SUBJETIVIDADE

A escolha do tema nos remonta à dicotomia objetividade e subjetividade na pesquisa, o que envolve o debate do observador e da observação.

Ainda que essa dicotomia siga objeto de controvérsias e debates epistemológicos, entendo que na prática da pesquisa se vive uma constante dentre fases e/ou momentos de maior e menor subjetividade e de maior e menor objetividade, por isso, insistir em debater neutralidade científica é dispensável, afinal, a pesquisa científica é objetiva e subjetiva ao mesmo tempo.

Vamos admitir que toda pesquisa contém, no mínimo, três fases em seu procedimento: escolha do tema; coleta e sistematização de dados; análise dos dados. Em cada uma dessas fases a objetividade e a subjetividade tem maior ou menor influência, do que construímos o quadro abaixo:

fase da pesquisa	**subjetividade**	**objetividade**
escolha do tema	+	-
coleta e sistematização de dados	-	+

análise dos dados	±	±

Fonte: própria, criação do autor.

Na fase da escolha do tema há uma “quase que” cem por cento SUBJETIVIDADE. Ninguém é obrigado a pesquisar sobre um tema que não quer, que não tem afinidade. Se perguntarmos a um pesquisador porque ele pesquisa nessa área e não em outra, uma resposta como “porque eu quis” é suficiente e devidamente justificada. Não cabe contestação. Não ignoramos que pesquisa também tem incentivos econômicos, como denunciado por Robert K. Merton (**The Sociology of Science**: Theoretical and Empirical Investigations. Chicago/London: The University Chicago Press, 1973). Interesses econômicos levam pesquisadores a se dedicar a temas devido a editais e financiamentos, isso é um problema porque tende a levar o pesquisador a fazer afirmações pautados pelos interesses dos financiadores e não pelo que analisam dos dados. Essa influência nos resultados de pesquisas resulta em pesquisas não científicas, mas sim pareceres em defesa de interesses específicos.

Quando a escolha do tema é motivada por financiamento a subjetividade perde lugar, por isso escrevemos que a escolha do tema é “quase que” 100% subjetiva. Ou fator é a integração em redes de pesquisa, isso envolve elementos que retiram certa subjetividade do pesquisador, pois várias afirmações precisam ser, digamos, referendadas pela “rede” de pesquisadores. Há um controle social na pesquisa, esse é um dos motivos que levou Cláudio Souto a concluir que teoria retira do pesquisador liberdade de pensamento.

Mas, admitindo que esse “quase que” 100% pode ocorre, isso não implica que a escolha do tema é arbitrária por parte do pesquisador, afinal há fatores que influenciam a escolha, sejam eles pressões, estímulos e/ou influências externas. De toda maneira, são elementos fracos de objetividade como nos exemplos: escolhi porque quero advogar nessa área; escolhi porque estou trabalhando num caso nessa área; escolhi porque o Edital financiava esse tema de pesquisa etc.

Fazer pesquisa não retira o ser humano da vida em sociedade, por isso não há com o ele ser exclusivamente subjetivo ou objetivo.

A fase seguinte, na **coleta de dados**, predomina mais objetividade, afinal não é ético ao observador, subjetivamente, eliminar dados contrários a sua hipótese para fazer valer sua tese. Certo que toda pesquisa envolve uma seleção de dados, porém esta precisa se dar com critério(s) objetivo(s) que justifique(em) a seleção feita. Esconder dados não é manipular a amostra arbitrariamente, fazer isso resulta não tratar a pesquisa como científica e transformá-la em parecer, em defesa de uma opinião.

A palavra pesquisa é ampla, afinal, fazemos pesquisa para estudar, para fins de obter aprovação num concurso etc. Mas essa pesquisa não se confunde com uma pesquisa realizada para fins de elaboração de uma peça jurídica. Faz-se pesquisa para elaborar uma petição, uma sentença, um parecer jurídico. Nenhuma das pesquisas anteriores se confundem com pesquisa científica. Esse é o tema que Karl Popper chamou de delimitação da ciência. Não desenvolveremos aqui essa questão, porém não podemos deixar se falar um pouco sobre isso.

Proponho como critério para essa diferenciação que, em pesquisa científica, os dados contrários à perspectiva pessoal (à hipótese, por exemplo), à convicção do pesquisador, ao que se esperava e desejava encontrar e afirmar como resultado da pesquisa científica etc., não podem ser descartados. Um cientista não pode deixar considerar como integrante de sua amostra dados em oposição à sua hipótese, à sua ideia inicial. Os dados coletados negarem a hipótese não deixa de haver pesquisa, não se perde a pesquisa, mas sim, se conclui que a hipótese inicial não é confirmada. Popper, inclusive, considera este o verdadeiro método científico, teste de hipóteses, para o autor, ciência se pauta justamente pela busca por falsificar uma afirmação (POPPER, Karl. Esboço de uma teoria dos métodos empírico-científicos (teoria da experiência). *In*: POPPER, Karl. **Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento**. São Paulo: Unesp, 2013. p. 449).

Por isso afirmamos que há forte objetividade na coleta dos dados, afinal seria contra a ética da pesquisa descartar, eliminar, inventar, criar dados. O pesquisador não pode estabelecer arbitrariamente os dados a serem coletados, antes, é indispensável descrever porque coletou tais dados e não outros, ou seja, descrever como chegou à amostra, à parcela da população tratada na pesquisa. Na elaboração de uma peça judicial não há essa exigência, afinal, um advogado não é obrigado a apresentar provas contrárias a sua "tese jurídica" do caso. Não se trata de criar provas ilegais, mas simplesmente de que um advogado não está obrigado a afirmar tudo o que sabe nem a produzir provas contrárias à tese de sua argumentação. Cada parte cuida de apresentar as provas e informações que lhe convém. Assim é o "jogo" do direito judiciário. Inclusive, quando um advogado expõe em sua petição argumentos contrários a sua tese, assim o faz para desmontar, desqualificar a hipótese, inclusive como artifício para retirar da parte contrária o argumento. O advogado não lança dados contrários a sua tese para destruir sua própria tese.

Ainda sobre o tema, as técnicas de pesquisa para coleta de dados servem inclusive como instrumento de "controle" da subjetividade numa pesquisa, por isso é fundamental na elaboração do projeto e na redação da monografia. Descrever como obteve os dados, como os catalogou e como procedeu sua análise não pode deixar de integrar um trabalho acadêmico. A necessária divulgação do resultado de uma pesquisa tem lugar para que este resultado passe pelo crivo dos debates, para que seja submetido a críticas, para que seja falseado ou não – como defendeu Karl Popper.

Por fim, a fase da interpretação dos dados. Na análise dos dados há objetividade e subjetividade, o que não implica ser plenamente subjetiva a interpretação dos dados coletados. É objetiva por o observador não fazer afirmações sem a pretensão de validar sua observação, sua explicação, sua descrição, suas afirmações, o resultado de sua pesquisa (aqui entra em debate a questão da explicação científica, os temas da teoria do conhecimento).

Ao mesmo tempo, a análise dos dados porta subjetividade, afinal, há certa liberdade (espaço criativo) na pesquisa científica. As afirmações não são arbitrárias, o olhar que observou tem subjetividade, porém não é plenamente livre para afirmar o que quiser e bem entender. O olhar científico é mediado pelo cuidado ao chegar a afirmações científicas. Assim não ocorrendo, cabe verificar se não é o caso de estarmos diante de uma doutrinação e não do fazer ciência.

Há ainda a questão da comunidade científica, do "campus" no sentido de Bourdieu, da luta pela força de se por como o intérprete legitimado e autorizado a falar com credibilidade (BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974).

Na sociedade atual, pressupomos que um advogado é mais autorizado a falar sobre uma questão jurídica que um engenheiro, por exemplo. O que não elimina a possibilidade de haver um engenheiro com mais conhecimento sobre uma questão jurídica específica da engenharia que um advogado. Um engenheiro pode saber mais sobre os trâmites e os direitos envolvidos na aprovação de um projeto de edificação numa prefeitura que um advogado. A questão aqui, todavia, não é quem tem mais saber, mas sim que a subjetividade presente na análise dos dados não é a mesma que a subjetividade presente na escolha do tema.

A subjetividade aqui está limitada porque atrelada ao tema e aos dados coletados. Não nos referimos a uma objetividade, afinal, sabemos que "dos dados" não se afere nada, os dados não falam por si, eles são analisados, interpretados e, não por isso, essa interpretação é subjetiva ou objetiva, mas sim objetivamente subjetiva porque é subjetivamente objetiva.

Sobre o tema, sugerimos ler:

Popper, Karl R. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Editora da UnB. 1980.
KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2000.
LAKATOS, Imre. *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Lisboa: Edições 70, 1978.
FEYERABEND, Paul K.. *Contra o método*. São Paulo: EdUNESP, 2011.

Caso você identifique vários temas que tem afinidade, propomos que realize um TESTE DE VIABILIDADE para identificar qual deles é, no momento, o mais apropriado para ser o objeto de sua monografia.

ALERTA 4: Teste de viabilidade

Para fazer o teste, pegue tantas folhas de papel quantos forem os temas identificados por você como possíveis. Em cada uma, escreva seu tema. O tema, não o objeto de pesquisa.

Escolher seu objeto de pesquisa não é necessariamente uma questão de dominar e conhecer profundamente o tema, mas sim identificar um tema que lhe chama atenção, que lhe é atrativo. A DICA principal é que você pense qual é a questão que você faz sobre esse tema, que questionamento faz você ter este tema como atrativo ao ponto de você pensar que gostaria de pesquisar sobre ele ao ponto de o estabelecer como objeto da monografia.

O problema aqui é que normalmente identificamos vários e todos são igualmente possíveis, atrativos. Por isso sugerimos o teste de viabilidade para verificar se, neste momento, qual dos temas é o mais factível para sua monografia.

Insisto que não há que confundir título da monografia com o tema, o assunto a ser trabalhado. O tema, inclusive, não é o objeto da monografia; inclusive, o assunto da monografia não se confunde com o objeto da monografia. O objeto é o tema delimitado. Insisto.

Tema é um assunto, genérico que seja, pode ser uma área do direito: civil, penal, administrativo, tributário, empresarial, teoria do direito. Bem como pode ser temas como: violência, infância, juventude, gênero, acesso à justiça, contratos, improbidade administrativa, tributação indutora, administração da justiça, profissões jurídicas, ensino jurídico etc.. O desafio inicial é identificar um tema. Não o título, o nome do projeto e da monografia.

Passemos às etapas do teste de viabilidade.

1ª) escreva o tema. Geral que seja.

Exemplos: numa folha escreva direito civil, Noutra, direito tributário. Noutra, direito penal. Etc..

2ª) faça um corte no tema

Delimitar um tema é fundamental por viabilizar a pesquisa; por servir para reduzir a literatura a ser trabalhada; por reduzir o universo de dados a serem coletados. Delimitar o tema é uma questão de viabilizar a pesquisa.

A dificuldade para identificar meios de delimitar seu tema é indicativo que você não tem familiaridade com o tema, portanto você tenderá a ter maior dificuldade para fazer monografia sobre ele. Ter dificuldade não implica abandonar o tema, mas talvez não insistir em tê-lo como tema diante de outro que você lida com mais facilidade. Pelo menos na graduação.

Há diversos critérios para delimitar um tema, dentre eles, lembramos:

a) subtema – redução pela matéria = do tema escolhido, identifique um ou mais subtemas que você teria desejo de pesquisar, de trabalhar na monografia. Exemplo: Direito civil. Direito contratual. Contrato de aluguel. Contrato de aluguel de imóveis residenciais;

b) autor. Outra maneira de delimitação do tema e pelo autor. Imagine fazer uma monografia sobre Justiça em Kans Kelsen;

c) espaço – estabelecer um local, uma vara judicial, um bairro, uma cidade, um país etc.. Ex: como o Tribunal de Justiça de Pernambuco tem julgado sobre o tema da monografia.

d) tempo – pode-se estabelecer a temporalidade da pesquisa. Pesquisar como o tema nos anos 2014-2015, por exemplo. Numa pesquisa histórica, é indispensável o estabelecimento do período objeto da pesquisa. Sobre uso de dados históricos, ler o texto:

Sugestão de leitura:

OLIVEIRA, Luciano. Não fale do código de Hamurabi. *In*: *Sua excelência o comissário e outros ensaios de sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. Também disponível em: https://www.uniceub.br/media/180293/Texto_IX.pdf.

Escreva com você imagina que irá desenvolver a monografia, que desdobramento o tema terá em sua monografia.

Ao tentar elaborar um roteiro (sumário prévio), você terá noção de sua familiaridade com o tema, o que é um indicativo do quanto é viável ter esse tema como objeto de sua monografia, afinal, quanto maior a dificuldade para identificar uma sequência de pontos a serem desenvolvidos na monografia, provavelmente, mais dedicação você terá que ter para desenvolver a monografia.

Uma saída é conversar com o orientador, outra é fazer um teste. Esse teste pode consistir numa busca na internet e algumas leituras, as quais tendem a ser suficientes para você identificar a complexidade do tema, como ele vem sendo abordado etc..

TEMPO é um fator que não pode ser desprezado quando se trata de escolher o objeto da pesquisa monográfica, inclusive porque ela será elaborada ao mesmo tempo em que você estará cursando disciplinas, estagiando, dedicando-se à prova da OAB, tem sua vida familiar, as amizades, loves, festas etc..

O OBJETO DA MONOGRAFIA

Finalmente, o objeto = tema delimitado.

O objeto da monografia é o tema delimitado. Ao escrever sobre o objeto, demonstrar conhecimentos sobre o "estado da arte", ou seja, sobre qual o debate atual de seu tema, portanto, deve demonstrar que sabe por onde anda o debate sobre o tema e quem são seus interlocutores centrais.

O importante é deixar claro qual o tema e sua delimitação, justificando o porquê da delimitação feita ter sido esta e demonstrando que tem conhecimentos sobre o objeto = tema delimitado.

NA AULA, SERÃO RALIZADOS EXERCÍCIOS

1.2 Problematização

Toda pesquisa CIENTÍFICA tem que ter, ao menos, um problema de partida?

Não haveria sentido pesquisar se não para sanar uma dúvida, para esclarecer uma questão, para obter um conhecimento. Será?

Há uma tendência em se pesquisar para desenvolver algo, para propor, oferecer, sugerir respostas distintas das atuais. Se é assim, a única resposta possível para esta pergunta é: sim. Sim, não há pesquisa sem um problema. Mas, como ter um problema científico?

(DELIZOICOV, Demetrio. **Problemas e problematização**. Disponível em: http://moodle.stoa.usp.br/file.php/408/Problemas_problematizacao.pdf. Acesso em: 17 de abril, 2017).

Um mesmo tema comporta diversas problematizações. A(s) problematização(ões) que você estabelecer para sua pesquisa refletirão o como você está tensionando o tema em sua pesquisa.

OBS.: problema de pesquisa não se confunde com estabelecer, definir, chegar, apresentar a solução ou resposta ao(s) problema(s). Problematizar é fundamental para estabelecer a viabilidade da pesquisa. Por isso, ter uma boa pergunta de partida é indispensável para o desenvolvimento de uma pesquisa, para viabilizar uma boa monografia final de curso (como é nosso caso: curso de graduação).

Se a problematização for uma questão de “impossível” enfrentamento, a monografia igualmente será inviável. Exemplo: ter por problema de pesquisa a causa da fome, da violência etc. Não se trata de essas questões serem irrelevantes, jamais. São temas fundamentais e sempre merecedores de atenção e pesquisa. Trata-se de estabelecer QUE DADOS serão necessários catalogar para a pesquisar ser viável. Uma pesquisa não pode ocorrer sem dados, afinal, pesquisa científica não é ter uma opinião. Quero defender o fim do racismo. Ótimo. Como vai

desenvolver uma pesquisa para viabilizar isso? Ciência não é denuncismo, por mais que pesquisa-ação tenha lugar e deve sim ser realizada. A questão não é a importância do tema, mas a viabilidade da pesquisa científica. O ponto é: que dados vai usar para tratar dessas questões.

Pode-se elaborar hipóteses como: há fome porque há má distribuição de renda. Há fome porque o ser humano é egoísta. Há fome porque o capitalismo mata. Ocorre que essas frases de efeito não são suficientes para tratar do tema cientificamente, estas hipóteses não são coerentes com fazer ciência, pois como é indispensável coletar e analisar dados, é preciso definir que dados vamos catalogar, sem o que o tema se mostra inviável para ser o de sua monografia de final de curso. Pode-se manter temas como fome, violência, é preciso elaborar ao menos um problema de partida. Problema este que precisa ser: claro, exequível e pertinente.

Sobre elaboração de uma boa pergunta de partida, ler:

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. A pergunta de partida. In. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gravida, 2013. p. 31-48.

NA AULA, SERÃO RALIZADOS EXERCÍCIOS

1.3 Hipótese(s)

A maioria dos manuais trazem a necessidade de se elaborar hipótese(s) num projeto de pesquisa.

A hipótese uma expectativa quanto ao objeto da pesquisa.

Toda pesquisa tem que ter uma hipótese? Entendo que não porque é possível desenvolver pesquisa científica sem partir de uma hipótese e, a depender da pesquisa, a hipótese pode implicar numa ideologia de partida, portanto num viés epistemológico que tolhe e impede o pesquisador em sua liberdade e criatividade investigativa.

Não ser obrigatório não implica ser proibido. Quem desejar ou tiver uma hipótese pode e deve apresentá-la.

2 Objetivos e Metas

Para que? Essa é a pergunta sobre a qual se escrevem os objetivos de pesquisa.

ALERTA = objetivos não se confundem com metas. Objetivos são referentes aos propósitos com a pesquisa; metas são resultados pretendidos com a pesquisa, podem ser desdobradas em atividades (ações a serem realizadas durante a pesquisa para se atingir as metas e, por consequência, os objetivos).

2.1 Objetivo Geral

Quanto aos objetivos a dica é elaborar frases iniciando com verbo.

A redação dessa parte do projeto deve se ocupar em apresentar o que você tem por objetivo básico, central de sua pesquisa. O objetivo está ligado ao modo como você vai lidar com a problematização de sua pesquisa.

2.2 Objetivos Específicos

Assim como o objetivo geral, os específicos visam responder à pergunta: para que?

Os objetivos específicos são desdobramentos do geral, mas não se confundem com as metas necessárias para a consecução do(s) objetivo(s).

Como um Projeto de pesquisa não é composto por elementos apartados, mas sim interligados, vejamos exemplos da conexão entre problematização e objetivos:

a) Problematização: Qual a concepção de abandono afetivo no direito?

Objetivo geral: verificar na doutrina e na jurisprudência a concepção de abandono afetivo.

Objetivos específicos: 1º) verificar que argumentos os doutrinadores utilizaram para defender a ideia de abandono afetivo; 2º) verificar que argumentos os julgadores utilizaram para defender a ideia de abandono afetivo etc.

2.3 Metas

Metas: 1ª) coletar artigos e livros sobre o tema; 2ª) promover leitura dos artigos; 3ª) verificar os argumentos dos autores; 4ª) etc. etc. etc.

b) Problematização: quais os elementos promotores da morosidade processual na visão dos profissionais do direito?

Objetivo geral: pesquisar a concepção de morosidade processual dos advogados, juízes, promotores e procuradores que atual em Recife.

Objetivos específicos: 1º) verificar que argumentos que os juristas de Recife utilizaram para explicar a morosidade processual; 2º) verificar como cada profissional do direito concebe a atuação do outro quanto à morosidade processual etc.

Metas: 1ª) coletar artigos e livros sobre o tema; 2ª) promover leitura dos artigos; 3ª) verificar os argumentos dos autores; 4ª) entrevistar juristas recifenses; 5ª) analisar as entrevistas etc. etc. etc.

O B S E R V A Ç Ã O

Há várias propostas de lista de verbos para Objetivos Gerais e para Objetivos Específicos, na internet, bem como no livro OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Elsevier. 2010

Os objetivos podem ser relativos a CONHECIMENTO, COMPREENSÃO, COMPORTAMENTO, ANÁLISE, SÍNTESE e AVALIAÇÃO.

Quando referente a CONHECIMENTO, os verbos sugeridos são: apontar; definir; explicar; nomear; recordar; registrar; relatar; repartir.

Quando referente a COMPREENSÃO, os verbos sugeridos são: descrever; discutir; explicar; expressar; identificar; localizar; revisar;

Quando referente a COMPORTAMENTO, os verbos sugeridos são: aplicar; demonstrar; empregar; ilustrar; interpretar; inventariar; operar; praticar; tratar; usar.

Quando referente a ANÁLISE, os verbos sugeridos são: analisar; calcular; categorizar; comparar; contrastar; criticar; debater; diferenciar; distinguir; examinar; experimentar; investigar; provar usar.

Quando relativo a SÍNTESE, os verbos sugeridos são: compor; conjugar; construir; coordenar; criar; dirigir; erigir; esquematizar; formular; organizar; planejar; propor; reunir.

Quando relativo a AVALIAÇÃO, os verbos sugeridos são: avaliar; escolher; estimar; julgar; medir; selecionar; taxar; validar; valorizar.

Localizamos (http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAK5AAI/verbos-usar-projetos) uma listagem mais detalhada elaborada por Calvin K. Claus, Departamento de Psicologia do "National College of Education", Evanston, J. M. Editado com a permissão de um documento apresentado no encontro anual do "National Council on Measurement in Education . (Chicago, fevereiro de 1968). Abaixo reproduzida:

3 Justificativa

Resposta à pergunta: por que? – importância da pesquisa, não do tema proposto. Qual a contribuição de sua pesquisa?

É comum se confundir "Para quê?" (Objetivos) com "Por quê?" (justificativa). O Para quê é referente aos objetivos, a quais os objetivos com a pesquisa. O que você pretende com a pesquisa. Onde você quer chegar com a pesquisa. O Por quê se refere à importância, ao que justifica sua relevância.

Justificativa não é a importância do tema, mas sim a importância da pesquisa. Provocativamente proponho que reflita: por quê a pesquisa é importante para justificar o financiamento dela?

Ao elaborar a justificativa, responda: QUAL A CONTRIBUIÇÃO DE SUA PESQUISA?

Elaborar uma redação descrevendo qual a relevância da pesquisa. Claro que na redação se pode fazer relações com o debate atual, explicar porque a

pesquisa é importante, qual a contribuição dela: que pode ser para o debate; para a academia; para a sociedade; para uma política pública etc.

Tampouco o OBJETO se confunde com a JUSTIFICATIVA. Ao escrever a justificativa tendemos a voltar ao objeto (tema delimitado). Ocorre que aqui se escreve não sobre o tema, mas porque a pesquisa é importante.

Uma sugestão é você apresentar o estado da arte, pois essa é uma maneira de apresentar como relevância, contribuição, trazer ao debate uma reflexão, uma abordagem sobre o tema. Com isso, se deixa claro que uma contribuição é agregar reflexões à temática. Ao explorar o estado da arte, pode-se usar tabelas, citações diretas e indiretas.

Exemplo:

No Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq, localizamos os seguintes Grupos de pesquisa:

QUADRO 1 – Estado da Arte

Verbete de busca	GrP	Direito	Referência
Decisão	188	7	16
Decisão Jurídica	4	4	0
Métodos Qualitativos	8	0	3
Semântica	120	0	16
Pragmática	42	0	6
Intertextualidade	38	0	5
Interdiscursividade	9	0	9
Sociolinguística	52	1	4
Análise de discurso	164	1	29

Fonte: o(a) autor(a).

Esses dados demonstram que não há grupo de pesquisa cadastrado no CNPq que explore o tema da decisão jurídica na perspectiva do projeto proposto. Nonononononon nononononon nononononon nononon. Nonononn nononon nononon nononon nononon no.

Nos Estados Unidos há o *Jurimetrics*: Journal of Law, Science and Technology que trabalha em nossa perspectiva, todavia estão voltados à análise quantitativa e não à qualitativa da decisão jurídica. Desde 1964, Wallace Mendelson fazia referência ao *jurimetrics* como neobehavioralist. Atualmente, Sandra Day O'Connor, do College of Law, Arizona State University, tem destaque nas pesquisas jurimetricas na área jurídica, bem como Jonathan Koehler, com seu trabalho sobre a influência das convicções a priori nos julgamentos científicos com evidência qualitativa, trata-se da defesa do jurimetrics como observatório capaz de auxiliar nas decisões da Suprema Corte dos EE.UU., inclusive trata da temática da influência normal de fatores psicológicos nas tomadas de decisões.

4 Metodologia

Escrever a metodologia é trabalhar três elementos da pesquisa: os métodos; as técnicas de pesquisa que serão utilizados na abordagem do tema; a análise dos dados.

Qualquer trabalho acadêmico requer, ao menos, a realização de três atividades: a) levantamento de informações (dados); b) sistematização dessas informações; c) análise dessas informações (reflexões pessoais, portanto, próprias sobre o que observou, qual leitura fez e faz dos dados coletados e sistematizados). É por isso que dividimos metodologia em três seções: método, caminho trilhado na pesquisa; técnicas, instrumentos para coleta, levantamento de dados; análise, como os dados serão sistematizados e analisados.

Sobre o tema, ler:

BAUER, M. W. & GASKELL, G. (2004). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
CRESWELL, John. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa*. Escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.
QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gravida, 2013.

4.1 Método

Método é o caminho que você, autor, trilhará durante a elaboração da pesquisa, está relacionado à pergunta: COMO?

Sugestões de leituras:

TOMAYO, Ruy Pérez. *¿Existe el método científico?* México: Fondo de Cultura Economica, 1998.
POPPER, Karl. Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento. São Paulo: EdUnesp, 2013.

A dificuldade para se falar em método científico, principalmente quando se trata de monografia de graduação em direito, é que nessa área do conhecimento predomina a lógica parecerista, o que leva a se confundir pesquisa científica com defesa de uma opinião, como é próprio da construção de peças forenses. O ensino do direito prima pela formação parecerista e não científica. Isso não é um mal em si, afinal, nada o é. Porém, independentemente disso, é comum também se confundir argumento, marco teórico e método. Tratar dessa distinção é o ponto central desse tópico.

Numa simplificação, sugiro que a distinção seja:

Método = caminho;

Marco teórico = olhar que se utiliza na análise dos dados;

Argumento = citações (questão de redação científica).

Como se vai coletar dados para desenvolver a pesquisa é método. A perspectiva teórica presente na análise dos dados, é marco teórico. As citações dos autores utilizados para se argumentar ao longo da pesquisa, é argumento.

É muito comum se confundir “argumentação durante uma pesquisa” com “marco teórico utilizado”. Arisco dizer que um dos motivos dessa confusão é que o marco teórico é pensado como se fora um autor. Ocorre que pode ser uma perspectiva teórica, bem como pode ser uma ótica ampla. Por exemplo: podemos distinguir, como marco teórico, um olhar dogmático do sociológico. Ou mesmo, a dogmática processual com a dogmática material. Sociologicamente há diversos marcos teóricos

possíveis, por exemplo: teoria da ação, teoria dos sistemas, fenomenologia, interacionismo, teoria crítica, individualismo metodológico, etnometodologia, realismo crítico etc.

Sem esquecer que há pesquisas MPITMdisciplinar (multi, pluri, inter, trans e metadisciplinar).

O ponto é: que olhar vai nortear a análise de seus dados. Talvez “A COISA” complique também porque em Direito pouco se trabalha com dados, inclusive se confunde muito um estudo, um parecer com pesquisa bibliográfica. Se faz citação de uns autores é já se fala em pesquisa bibliográfica. Quanto falarmos sobre técnicas de pesquisa voltaremos a este ponto.

Quanto aos métodos de pesquisa científica, resumindo, os manuais trazem como métodos científicos:

a) Método Indutivo (empírico – observação de casos leva à elaboração de afirmações para explicar algo observado)

Este método postula que a ciência se inicia com observações de um objeto de pesquisa e, delas (dados coletados) se afirma algo generalizando a outros casos não observados. Parte-se da observação ou verificação de casos, situações, comportamentos específicos e se propõe hipóteses teóricas à explicação do fenômeno sob observação.

Os que defendem que ciência só ocorre por indução, são chamados de empiristas. Dentre os autores, temos Aristóteles, Galileu, Newton, Locke etc.

b) Método Dedutivo (partindo de uma explicação – do conceito à teoria – são analisados os dados coletados, as observações de situações particulares)

O método dedutivo por ser:

b.1) *a priori*-dedutivo – o pesquisador parte de informes gerais, conhecimentos prévios, para fazer observações dos dados coletados. Aqui estão autores como Platão, Pitágoras, Descartes, Leibniz. Os idealistas e racionalistas.

b.2) hipotético-dedutivo - a investigação parte de conjecturas sobre o mundo exterior formando hipóteses (elaboradas intuitivamente pelo pesquisador) que antecedem e determinam o rumo das observações. Ciência é fruto das discrepâncias entre as expectativas do pesquisador sobre o objeto e o que ele encontra. Como em David Hume e Popper.

c) abdução

Método proposto por Charles Sander Pierce.

Trata-se de conceber que o processo de conhecimento, de juízos perceptivos, dá-se por introvisão (*insight*). Há o instinto humano, assim como ocorre nos animais, de aprendizado e conhecimento. Quando um físico se depara com uma situação nova em seu laboratório, ele não elabora possibilidades de explicação (hipóteses) recorrendo ao acaso, mas sim ao seu conhecimento acumulado, por isso, quando diante de uma hipótese muito fora do imaginado como possível, sua resposta é: “não parece razoável”.

Todavia, nesse método a pesquisa tem lugar justamente porque temos intuições, *insight* diante de questionamentos e problemas que o pesquisador investiga para apresentar explicações (ão).

“Dedução prova que algo *deve ser*; indução mostra que alguma coisa *é realmente* operativa; a abdução simplesmente sugere que alguma coisa *pode ser”* (PIERCE, Charles S.. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 220).

Como este é um ROTEIRO de Projeto de Pesquisa, e consideramos que a época “purista” de métodos de pesquisa passou, afinal, numa mesma pesquisa é possível utilizar mais de um método, bem como é possível se criar método(s), não vamos desdobrar mais essa questão. Interessados, favor contatar e pedir bibliografia que passo.

ALERTA = para fins de um projeto de monografia, é suficiente escrever como irá desenvolver a pesquisa, os passos, o caminho que pretende trilhar na pesquisa sem se ocupar em afirmar se o método será indutivo ou dedutivo.

Inclusive, escrever “a pesquisa terá por método o indutivo” é o mesmo que não escrever. Após escrever isso, é necessário desenvolver o(s) caminho(s) que irá trilar para que o leitor e avaliador saiba que você entende do que está falando.

Ocorre que elaboramos este roteiro considerando a possibilidade de o graduando ter informações para desenvolver um projeto de pesquisa para obter financiamentos por agências de fomento à pesquisa, para concorrer a bolsas de pesquisa e/ou mesmo para elaborar um projeto de mestrado bem como doutorado.

Passemos às técnicas de levantamento de dados.

4.2 Técnicas de pesquisa

Técnicas de pesquisa são os meios utilizados para levantamento, coleta de dados. As técnicas mais conhecidas são:

Pesquisa Bibliográfica – levantamento e estudo das obras (livros e artigos) que tratam do tema proposto;

Pesquisa Documental – ex: cartas, textos jornalísticos, discursos políticos, documentos jurídicos, imagens etc.;

Observação – pode ser participativa e não participativa. É participativa quando o pesquisador integra a comunidade que está sendo investigada; não participativa, quando não a integra. O importante é ter um caderno de anotações e cadastro das informações fruto das observações, para posterior sistematização e análise. Ainda sobre a técnica da observação, tem-se falado em *focus groups*, que significa discussão de grupo das quais o pesquisador faz parte observando elementos para sua pesquisa;

Entrevista – é importante elaborar um roteiro de entrevista para evitar se perder do objetivo da pesquisa durante as perguntas ao entrevistado. O mecanismo de cadastramento das informações obtidas através da entrevista é a gravação.

Para a transcrição da entrevista há técnicas adequadas. Sobre o assunto ver:

MARCUSH, Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 2003.

Na entrevista não cabe formular perguntas com respostas pré-estabelecidas.

Questionário – neste caso sim, deve-se elaborar perguntas com respostas pré-estabelecidas, normalmente com digressões como muito bom, bom, regular, ruim, muito ruim. Evitar perguntas com resposta sim ou não. Pode-se mesclar questionário fechado com questionário aberto. O primeiro caso é justamente o acima descrito, já questões abertas são aquelas em que é deixado livremente ao entrevistado um espaço para responder a pergunta. Para elaboração das perguntas há técnicas a serem observadas, principalmente para evitar que a pergunta induza a resposta. É fundamental testar o questionário com pessoas que não integrarão a comunidade a ser entrevistada, bem como para detectar a má formulação ou compreensão de perguntas.

Sugestão de leitura:

VIEIRA, Sonia. *Como elaborar questionários*. São Paulo: Atlas, 2009.

4.3 Análise dos dados e referencial teórico

A análise dos dados é a parte mais complexa da pesquisa por ser o momento em que o observador irá escrever suas observações, tratando dos dados coletados explorando seu marco teórico, quando for o caso.

Normalmente, pesquisas na área das ciências humanas há um marco teórico que auxilia na análise dos dados.

Um dos maiores desafios do pesquisar é estabelecer sob que perspectiva irá analisar os dados. As impressões, as reflexões, as observações dos dados é o momento de se equacionar as reflexões relacionando os dados ao marco teórico. Há um espaço de criatividade, porém lembramos que não é ético sabotar dados, ou esconder dados contrários ao que queria ter observado. Sugerimos realizar esta etapa necessariamente junto com o orientador.

Vejam esses exemplos:

a) Perspectiva jusnaturalista ou positivista jurídica;

b) Teoria da justiça: substancialista ou procedimentalista

c) Teoria social: teoria da ação ou teoria dos sistemas

Todas essas dicotomias, hoje, têm seu lugar questionadas, pois se debate se ainda têm lugar ou são esses dualismos.

Além de um marco teórico que norteia a análise dos dados, a análise envolve questões quantitativas e qualitativas.

a) **quantitativa** – estatística, probabilidade.

Na área jurídica é raro se recorrer a estatística, inclusive parece haver uma oposição a este tipo de análise. Porém, deveria ser diferente, afinal quando ouvimos estatísticas tendemos a confiar e creditar seriedade ao que se afirma. Assim, algumas informações básicas ajudam a para superar o trauma.

Uma primeira dica é a necessidade de se saber o UNIVERSO AMOSTRAL, ou seja, qual a totalidade de dados passíveis de ser obtida. Por exemplo: você está pesquisando sobre um tema do direito. Vai no site do STF e faz uma busca em **Pesquisa de Jurisprudência**. Em Pesquisa livre, escrever um tema. Exemplo: Igualdade.

Aparecem os quantitativos de decisões, por exemplo:

ACÓRDÃOS	1014 documento(s) encontrado(s)
REPERCUSSÃO GERAL	19 documento(s) encontrado(s)

Seu universo amostral de decisões no STF sobre o termo Igualdade é 1014 acórdãos.

Agora é verificar quais dentre estas está relacionado ao seu tema de pesquisa, para então saber qual seu Universo amostral.

Chegando ao total de decisões relacionadas ao tema, não é necessário ler e analisar todas. A estatística tem um caminho para que deste universo possamos analisar parte das decisões e ter uma margem de erro pequena.

Sugestão de leitura:
MORATTIN, Luiz Gonzaga. *Estatística básica*. Probabilidade. São Paulo: Makron, 1999.
BECKER, Howard. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

b) **qualitativa** – elaborar reflexões sobre o significado e consequências dos resultados estatísticos.

A definição do tipo de análise qualitativa será trabalhada com o orientador.

Dentre as análises qualitativas a análise de discurso é muito utilizada.

Não se confundem: análise de discurso; análise de conteúdo; análise retórica; análise de argumentação; análise textual.

Sugestão de leitura:
BAUER, Martin W. e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2004.
CRESWELL, John. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa*. Escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

c) **Quali-quanti** – quando se utilizam dados estatísticos ao mesmo tempo em que se faz análise qualitativa.

5 Roteiro

Trata-se de uma proposta (projeção) de como será desenvolvida a monografia.

Exemplo:

Introdução

1 Conceitos básicos

2 Perspectivas Teóricas

3 Perspectiva Sociológica

Referências

6 Cronograma

Esse formato é simplesmente uma proposta, afinal, estabelecer o tempo que será necessário para se dedicar a uma etapa da pesquisa não é tarefa fácil. Porém, sendo um Projeto, portanto uma previsão, estabelecer uma previsão temporal ajuda a verificar a realização das metas e o andamento do Projeto. Este item é cobrado em projetos de pesquisa por toda agência de fomento, bem como na Res. 21/2014 do CG/FDR/UFPE.

O cronograma pode ter formatos diversos, bem como a divisão dos meses de atividades e as espécies de atividades a serem realizadas, conforme seja o tema e a metodologia da pesquisa.

Considerando que TCC, na FDR, é componente curricular, porém disciplina em sala de aula, distribuída em: Projeto de TCC (previsto para o 8º Período – escolha de orientador e depósito do Projeto de monografia); TCC 1 (orientação); TCC 2 (orientação); e TCC 3 (apresentação da monografia), fiz um cronograma de 12 meses, mas pode ser 18 meses.

Como o componente curricular Projeto TCC está previsto para o 8º período. A dedicação à monografia segue independente de aulas, portanto, sendo a matrícula em Projeto de TTC em 2018.1, o depósito do Projeto TCC em junho de 2018, o cronograma é de julho de 2018 até junho 2019.

As etapas e tempo de realização deve ser adaptada segundo o objeto e a metodologia que será aplicada.

Temos os seguintes cronogramas:

Meses	Atividades
jul./2022	Levantamento Bibliográfico
ago./set.	Seleção e Leitura dos textos
out./nov.	Redação Inicial e depósito TCC 1 e TCC 2
Dez./mar.	Coleta de dados
abr.	Redação Final
Maio	Depósito Monografia na Escolaridade
Jun./2019	Apresentação TTC 3

O período deste cronograma é de agosto de 2023 até julho 2024.

Atividades / meses	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
Orientação	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Leituras	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Redação Inicial			x	x								
Depósito TCC 1 e 2					x							
Coleta de dados			x	x	x	x	x	x				
análise e redação						x	x	x	x			
Redação Final									x	x		
Depósito Monografia											x	
Apresentação TTC 3												x

O período deste cronograma é de agosto de 2023.

Atividades / meses	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
Orientação												
Leituras												
Redação Inicial												
Depósito TCC 1 e 2												
Coleta de dados												
Análise dos dados												
Redação Final												
Depósito Monografia												
Apresentação TTC 3												

7 Orçamento

Quando for o caso

Referências

Antes de tratar das referências, algumas advertências:
1ª) Observe que a parte Referências não vem numerada. Não colocar a palavra Bibliografia, portanto, não usar a expressão Referências Bibliográficas. Motivo? Simples, Referências envolve, além dos dados bibliográficos, também legislação e jurisprudências, a exemplos.

2ª) Num projeto deve constar um levantamento bibliográfico, e não apenas obras citadas no Projeto, por isso sugerimos que haja um mínimo de vinte obras nas referências do Projeto, dentre livros e artigos.

3ª) UNIFORMIDADE = regra básica, fundamental, indispensável = observar cuidadosamente:

a) **os dados necessários em cada tipo de obra;**
b) **a sequência dos dados;**
c) **a pontuação correta para cada tipo de obra;**
d) **o uso de letras maiúsculas;**
e) **o que deve vir destacado - em negrito.**

(NBR 6023/2018 + NBR 10.520/2011)
Conter apenas as obras constantes em citações do trabalho.
Observar: ordem alfabética; pontuação; sequência dos dados; letras maiúsculas; negritos (subtítulo não se negrita).
4ª) Formatação: Fonte: TNR, 12; Entre Linhas: simples; Entre Parágrafos (cada obra): duplo.

5ª) Não separar as espécies de textos: livros, artigos, legislação, jurisprudência etc.

6ª) TERMINOLOGIA ABNT 6023:2018

7.1 MONOGRAFIA = Inclui livro e/ou folheto (manual, guia, catálogo, enciclopédia, dicionário, entre outros) e trabalho acadêmico (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso, entre outros)
7.7 Publicação periódica = Inclui o todo ou partes de: coleção, fascículo ou número de revista, jornal, entre outros.

7ª) CITAR

Citamos porque academicamente devemos fazer PROVAS do que afirmamos, dentre as provas está justamente a demonstração de estudo e conhecimento da bibliografia referente ao tema, precisamos demonstrar que lemos livros e artigos sobre o tema da pesquisa.

Outra importância é o PLÁGIO. Citamos para não nos apropriarmos de ideias alheias. Plágio é ilícito.

Há citações diretas e indiretas. Devemos citar não apenas quando reproduzimos literalmente (*ipsis literis*) as palavras de outrem (citação direta), mas também quando, com nossas palavras, escrevemos ideias de outrem (citação indireta).

Há dois sistemas de citação: AUTOR-DATA e NUMÉRICO.

Este arquivo está com fonte ARIAL 12, e espaçamento 1,5 cm.

As citações diretas com até três linhas, devem vir entre aspas no próprio texto.

No caso das citações com mais de três linhas, lembra de fazer o recuo de 4 cm, a fonte passa a ser ARIAL 10, e o entre linhas SIMPLES. Ver exemplos abaixo.

Exemplos:

Sistema de Chamada AUTOR-DATA

CITAÇÃO INDIRETA

As necessidades sociais da dita pós-modernidade, caracterizada, sobretudo, por sua complexidade sempre crescente, não podem ser satisfeitas por juristas da tradicional formação lógico-filosófica (SOUTO; SOUTO, 1981, p.14; OLIVEIRA, 2006, p. 132-133; 179).

CITAÇÃO DIRETA COM MENOS DE 3 LINHAS

Se direito é fenômeno social, a ciência do direito não se reduz à dogmática jurídica, antes também integra essa cientificidade elementos da história do direito, da filosofia do direito, da sociologia do direito, da antropologia jurídica, da psicologia jurídica e tantas outras interdisciplinariedades possíveis, principalmente na era da informática, da sociedade de rede. Isso pode ser o que se postula como a dita “crise da dogmática jurídica, cuja solução não pode ser encaminhada sem que se leve em conta a realidade das práticas sociais” (SOUTO, SOUTO, 1981, p. 59). Essa não redução dá lugar a se falar em pesquisas MITdisciplinares para abordar do fenômeno social jurídico.

CITAÇÃO DIRETA COM MAIS DE 3 LINHAS

Dentre o debate da cientificidade do direito está se se trata de uma ciência social, portanto ciência semelhante às ciências sociais ou se direito tem elementos

de cientificidade próprios. Uma maneira de tratar a cientificidade do direito é não separar ciências naturais de ciências sociais, afinal todo

> conhecimento científico é sempre probabilitário, pensar cientificamente será sempre pensar de maneira crítica, dubitativa. E não há criação sem crítica, sem a insatisfação com o *status quo* do conhecimento. Todavia a recíproca não é verdadeira (SOUTO, 2014, p. 40).

Nessa perspectiva, então nononono nononon nonono nonon nonono nonono nononon nononon nonon oonononononon ...

Sistema de Chamada NUMÉRICO - RODAPÉ

CITAÇÃO INDIRETA

As necessidades sociais da dita pós-modernidade, caracterizada, sobretudo, por sua complexidade sempre crescente, não podem ser satisfeitas por juristas da tradicional formação lógico-filosófica[1].

---

1 SOUTO, Cláudio e SOUTO, Solange. **Sociologia do direito**. São Paulo: Atlas, p. 14, 1981; OLIVEIRA, Luciano. **Sua excelência o comissário**. Rio de Janeiro: Letra Legal, p. 132-133; 179, 2004.
(OBS = repare que o rodapé tem fonte ARIAL 10 e entrelinhas SIMPLES.

CITAÇÃO DIRETA COM MENOS DE 3 LINHAS

Se direito é fenômeno social, a ciência do direito não se reduz à dogmática jurídica, antes também integra essa cientificidade elementos da história do direito, da filosofia do direito, da sociologia do direito, da antropologia jurídica, da psicologia jurídica e tantas outras interdisciplinariedades possíveis, principalmente na era da informática, da sociedade de rede. Isso pode ser o que se postula como a dita “crise da dogmática jurídica, cuja solução não pode ser encaminhada sem que se leve em conta a realidade das práticas sociais”[2] (SOUTO; SOUTO, 1981, p. 59). Essa não redução dá lugar a se falar em pesquisas MITdisciplinares para abordar do fenômeno social jurídico.

---

2 SOUTO, Cláudio; SOUTO, Solange. **Sociologia do direito**. São Paulo: Atlas, p. 33, 1981.

(OBS = repare que o rodapé tem fonte ARIAL 10 e entrelinhas SIMPLES.

CITAÇÃO DIRETA COM MAIS DE 3 LINHAS

Dentre o debate da cientificidade do direito está se se trata de uma ciência social, portanto ciência semelhante às ciências sociais ou se direito tem elementos de cientificidade próprios. Uma maneira de tratar a cientificidade do direito é não separar ciências naturais de ciências sociais, afinal todo

> conhecimento científico é sempre probabilitário, pensar cientificamente será sempre pensar de maneira crítica, dubitativa. E não há criação sem crítica, sem a insatisfação com o *status quo* do conhecimento. Todavia a recíproca não é verdadeira[3].

Nessa perspectiva, então nononono nononon nonono nonon nonono nonono nononon nononon nonon oonononononon ...

---

3 SOUTO, Cláudio. Sobre a pesquisa científica em direito. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, ABraSD, v. 1, no. 1, p. 38-49, jul./dez. 2014.

8ª) Uso de formatação de fonte:

Itálico – palavras estrangeiras;

Negrito – para destacar ideias, informações.

9ª) Neste arquivo trabalhamos apenas os elementos obrigatórios das referências e citações.

a) para livro e trabalho acadêmico (Monografias);
b) para artigos (Publicação periódica).

a) Elementos obrigatórios para livro e trabalho acadêmico (Monografias):

a.1) Elementos obrigatórios para livros:

7.1.1 (ABNT 6023:2018) Os elementos essenciais para livro e/ou folheto são: autor, título, subtítulo (se houver), edição (se houver), local, editora e data de publicação. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

1º) Nome do autor = ÚLTIMO SOBRENOME (em caixa alta = todas as letras maiúsculas). Seguido de vírgula, nome e demais sobre nomes. Ex. SILVA, José Carlos Oliveira.

A ABNT passou a admitir que o nome de venha apenas com as iniciais = SILVA, J. C. O. ou na íntegra, ex.:

SILVA, Joáz Clovis Oliveira e.

Ou

SILVA, J. C. O..

No caso de haver outros autores com nome SILVA,

OLIVEIRA E SILVA, Joáz Clovis.

ou

OLIVEIRA E SILVA, J. C..

2º) Após o nome, coloca-se ponto e se inicia o *título do livro*. O título do livro deve vir com apenas a primeira letra maiúscula e em **negrito** para destaque. No caso de haver subtítulo, usa-se dois pontos e não o subtítulo não é destacado, não colocar **negrito** no subtítulo. Ex. SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. **Metodologia da pesquisa em direito**: observações práticas.

3º) Após o título do livro, coloca-se ponto e seguem os dados, na sequência e pontuação que segue = Cidade: nome da editora, ano de publicação do livro.

Observar a pontuação exigida.

Resultado, a referência fica assim:

SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. **Metodologia da pesquisa em direito**: observações práticas. Recife: UFPE, 2016.

No caso de e-book:

SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. **Metodologia da pesquisa em direito**: observações práticas. Recife: UFPE, 2016. *E-book*.

Se disponível on line:

SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. **Metodologia da pesquisa em direito**: observações práticas. Recife: UFPE, 2016. *E-book*. Disponível em: http://www.ufpe.br/editora/seriedireito.pdf. Acesso em: 03 jan. 2019.

a.2) Elementos obrigatórios para trabalhos acadêmicos:

7.1.2 (ABNT 6023:2018) Os elementos essenciais para trabalho acadêmico são: autor, título, subtítulo (se houver), ano de depósito, tipo do trabalho (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e outros), grau (especialização, doutorado, entre outros) e curso entre parênteses, vinculação acadêmica, local e data de apresentação ou defesa. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Resultado, a referência fica assim:

SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. **Direito sob a verificação empírica**. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

a.3) Elementos obrigatórios para parte de monografia (livro ou trabalhos acadêmicos):

7.3 (ABNT 6023:2018) Parte de monografa Inclui seção, capítulo, volume, fragmento e outras partes de uma obra, com autor e/ou título próprios. Os elementos essenciais são: autor e título da parte, seguidos da expressão In: ou Separata de:, e da referência completa da monografa no todo. No final da referência, deve-se informar a

descrição física da parte. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo:

SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. O problema do método de pesquisa em direito. *In*: SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. **Metodologia da pesquisa em direito**: observações práticas. Recife: UFPE, 2016. p. 03-33.

Comparando os casos de referência de Monografia (livro e TA):

SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. **Metodologia da pesquisa em direito**. Recife: UFPE, 2016.

SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. O problema do método de pesquisa em direito. *In*: SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. **Metodologia da pesquisa em direito**: observações práticas. Recife: UFPE, 2016. p. 03-33.

SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. **Metodologia da pesquisa em direito**: observações práticas. Recife: UFPE, 2016. *E-book*. Disponível em: http://www.ufpe.br/editora/seriedireito.pdf. Acesso em: 03 jan. 2019.

SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. **Direito sob verificação empírica**. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

b) Elementos obrigatórios para artigos:

São considerados artigos: textos de periódicos especializados (revistas, anuários, anais de eventos), coletâneas, capítulos de livros, artigo de jornal.

7.7.1 (ABNT 6023:2018) Os elementos essenciais são: título, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, datas de início e de encerramento da publicação (se houver), e ISSN (se houver). Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares para melhor identificar o documento.

Como não é comum fazer referência a periódicos, mas sim a artigos publicados, passo direito ao caso de artigo.

7.7.5 Artigo, seção e/ou matéria de publicação periódica inclui partes de publicação periódica, artigo, comunicação, editorial, entrevista, recensão, reportagem, resenha e outros. Os elementos essenciais são: autor, título do artigo ou da matéria, subtítulo (se houver), título do periódico, subtítulo (se houver), local de publicação, numeração do ano e/ou volume, número e/ou edição, tomo (se houver), páginas inicial e final, e data ou período de publicação. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

1º) Nome do autor = ÚLTIMO SOBRENOME (em caixa alta = todas as letras maiúsculas). Seguido de vírgula, nome e demais sobre nomes. Ex. ALMEIDA, Laralice.

Lembrar a possibilidade de o nome vir abreviado ou não.

2º) Após o nome, coloca-se ponto e se inicia o título do artigo. O título do artigo deve vir com apenas a primeira letra maiúscula e não deve conter qualquer espécie de destaque. Ex. ALMEIDA, Laralice. Pesquisa sobre pesquisa em direito.

3º) Título do periódico. O título do periódico deve vir com apenas a primeira letra maiúscula. Usar **negrito** para destacá-lo. No caso de haver subtítulo, usa-se dois pontos e não o coloca em itálico. Ex. ALMEIDA, Laralice. Pesquisa sobre pesquisa em direito. **Revista Acadêmica**,

4º) Após o título do periódico, coloca-se vírgula, entre todos os dados identificadores do periódico. Em seguida dados, na sequência e pontuação que segue = cidade, nome da editora, ano de existência da revista, volume (v. ou vol.), número (n. ou nº.), periodicidade, páginas de A a Z do artigo, ano de publicação do artigo.

Ver exemplo para os diversos casos:

ALMEIDA, Laralice. Pesquisa sobre pesquisa em direito. **Revista Acadêmica**, Recife, UFPE, ano II, vol. 1, no. 1, jan./jun., p. 123-146, 2009.

Observar a pontuação exigida.

Caso de artigo on line:

ALMEIDA, Laralice. Pesquisa sobre pesquisa em direito. **Revista Acadêmica**, Recife, UFPE, ano II, vol. 1, no. 1, jan./jun., p. 123-146, 2009. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/RA2448-2307-100002. Disponível em: http:/ https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/issue/view/2659. Acesso em: 21 jan. 2019.

OBS.: COMPARANDO LIVRO COM ARTIGO, TEMOS:

SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. **Metodologia da pesquisa em direito**. Recife: UFPE, 2016. (livro)

SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. O problema do método de pesquisa em direito. *In*: SILVA, Joáz Clovis Oliveira e. **Metodologia da pesquisa em direito**: observações práticas. Recife: UFPE, 2016. p. 03-33. (capítulo de livro)

ALMEIDA, Laralice. Pesquisa sobre pesquisa em direito. **Revista Acadêmica**, Recife, UFPE, ano II, vol. 1, no. 1, jan./jun., p. 123-146, 2009. (artigo)

OBSERVAÇÕES

1ª) Caso ocorra de dois autores com o mesmo sobrenome e publicações num mesmo ano, deve-se

1.1 SE OS NOMES TÊM INICIAIS DISTINTAS, colocar:

Referências

SILVA, André Almeida. **O direito civil em debate**. Recife: Agt, 2019.

SILVA, Bruno Almeida. **Direito e políticas públicas**. São Paulo: Atlas, 2019.

Citação

“Nononon nononon nononon nononon nononon nonon nononon nonon nonon nonon nonon ononn nonon noononon nononon nonon nononon nonon nonon nonon nonon ononn nonon no” (SILVA, A., 2019, p. 72).

“Nononon nononon nononon nononon nononon nonon nononon nonon nonon nonon nonon ononn nonon noononon nononon nonon nononon nonon nonon nonon nonon ononn nonon no” (SILVA, B., 2019, p. 17).

1.2 SE OS NOMES TÊM INICIAIS IGUAIS, colocar:

Referências

SILVA, André Almeida. **O direito civil em debate**. Recife: Agt, 2019.

SILVA, Alexandre Almeida. **Direito e políticas públicas**. São Paulo: Atlas, 2019.

Citação

“Nononon nononon nononon nononon nononon nonon nononon nonon nonon nonon nonon ononn nonon noononon nononon nonon nononon nonon nonon nonon nonon ononn nonon no” (SILVA, André, 2019, p. 72).

“Nononon nononon nononon nononon nononon nonon nononon nonon nonon nonon nonon ononn nonon noononon nononon nonon nononon nonon nonon nonon nonon ononn nonon no” (SILVA, Alexandre, 2019, p. 17).

2ª) CITAÇÃO DE AUTORES COMO KANT, HUME etc.

Pode-se fazer citação da edição ou usar a numeração contida nos livros, de modo que ficará.

REFERÊNCIAS

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997[1787].

CITAÇÃO

“Como é possível a matemática pura? Como é possível a física pura?” (KANT, 1997[1787], p. 50).

Ou

“Como é possível a matemática pura? Como é possível a física pura?” (KANT, KrV b 20-b21).

KrV = sigla internacional do livro Crítica da razão pura = Kritik der reinen Vernunft

Como existem duas edições e elas trouxeram debates entre seus leitores, se usa a letra a para a 1ª versão e b para a 2ª.

Os números são os disponíveis ao longo do texto.

3ª) CITAÇÃO DE TEXTOS DE AUTORES GREGOS ANTIGOS

Nas referências, as obras recebem o mesmo tratamento de qualquer outra, porém nas citações não, pois as obras, consideradas originais, portanto as traduções mais respeitadas são as que contêm: número do parágrafo, divisões das páginas em duas colunas; parágrafos identificados por letras a, b, c, d, e, números referentes às linhas (de 1 a 7).

Assim, a ordem é: autor, nome da obra, livro da obra (quando houver), página, parágrafo (letra de “a” até “e”) e as linhas.

No caso de Platão seria:

No Crático, Sócrates dialoga com Hermógenes sobre a atribuição dos nomes, o que leva ao debate de a atribuição dos nomes das coisas é uma decisão de cada pessoa o devido à entidade estável que as coisas possuem. Nesse diálogo lemos:

> Sócrates – Vamos ver então, ó Hermógenes, se te parece que acontece o seguinte com os seres: a sua identidade é uma coisa particular para cada um, como ensinava Protágoras, dizendo que “o homem é a medida de todas as coisas” – ou seja, que todas as coisas são para mim tal como me aparecem, e que são para ti tal com te aparecem, ou parece-te que as coisas têm uma certa identidade estável que é a sua?” (PLATÃO, Crátilo, 385e 1-7 – 386a 1-3).

Já na República, a alegoria das cavernas é central ao debate de haver a coisa em si, porém os não filósofos só verem as aparências, as imagens, afinal:

> a nossa natureza, segundo o grau de educação que ela recebeu ou não, de acordo com o quadro que vou fazer. Imagine, pois, homens que vivem em uma morada subterrânea em forma de caverna. A entrada se abre para a luz em toda a largura da fachada. Os homens estão no interior desde a infância, acorrentados pelas pernas e pelo pescoço, de modo que não podem mudar de lugar nem voltar a cabeça para ver algo que não esteja diante deles. A luz lhes vem de um fogo que queima por trás deles, ao longe, no alto. Entre os prisioneiros e o fogo, há um caminho que sobe. Imagine que esse caminho é cortado por um pequeno muro, semelhante ao tapume que os exibidores de marionetes dispõem entre eles e o público, acima do qual manobram as marionetes e apresentam o espetáculo (PLATÃO, A República, VII, 514 a-b).

NAS REFERÊNCIAS FICAM:

PLATÃO. **Crátilo** (trad. Maria José Figueiredo). Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

PLATÃO. **A república**: ou sobre a justiça. Gênero político. (trad. Carlos Alberto Nunes). Belém: EdUFPA, 2000.

No caso de Aristóteles, toma-se por original o Corpus Aristotelicum, as obras classificadas por Immanuel Bekker para a Academia de Ciências de Berlim e impressas de 1831 a 1870. Também as páginas foram dividias em duas colunas, porém foram usadas letras gregas para se referir aos livros classificados como da Políticas e da Metafísica. Assim, na Política há: A (álpha) = I, B (béta) = II, Γ (gáma) = III, Δ (délta) = IV, E (epsilón) = V, Z (dzéta) = VI, H (éta) = VII, Θ (théta) = VIII.

Já na Metafísica: A (álpha) = I, α (álfa minúsculo) = II, B (béta) = III, Γ (gáma) = IV, Δ délta) = V, E (epsilón) = VI, Z (dzéta) = VII, H (éta) = VIII, Θ (théta) = IX, I (ióta) = X, K (kápa) = XI, Λ (lámbda) = XII, M (my) = XIII, N (ny) = XIV.

Exemplos:

ARISTÓTELES. Ét. Nic., Δ [ou IV], 1119 b 22-27 = ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco, livro delta [ou IV], p. 1119, coluna b, linhas 22 a 27.

ARISTÓTELES. Política, 1280 a 32-33 = ARISTÓTELES. Política, p. 1280, coluna a, linhas 32 a 33

ARISTÓTELES. Metaf., A [ou I], 980 a 21-27 = ARISTÓTELES. Metafísica, livro alfa, ou I, p. 980, coluna a, linhas 21 a 27. L

(MAIS DETALHES, acessar: COÊLHO, Ildeu Moreira. Citações de textos gregos antigos. FE/UFG – jan. 2014. Disponível em: https://mestrado_educacao.catalao.ufg.br/up/549/o/Cita%C3%A7%C3%A3o_de_gregos_antigos.pdf

REGRA GERAL, TOME COMO MODELO OS EXEMPLOS ABAIXO.
Observar:

a) **uniformidade**
b) **não se numera o título = Referências**
c) **ordem alfabética dos autores**
d) **ordem dos dados**
e) **uso de maiúscula**
f) **pontuação**
g) **destaque = o que vem em negrito**

Referências (mínimo 20 no Projeto – sendo livros e artigos = não contam as legislações e jurisprudências).

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2004. **(livro)**

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Análise de discurso. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 137-152. **(parte de livro)**

BAUER, Matins W. Pesquisa qualitativa. *In*: PINHEIRO, Ulysses; RUFFINO, Marco; SMITH, Plínio Junqueira. **Ontologia, conhecimento e linguagem**. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2001. p. 25-32. **(capítulo de livro coletivo)**

BAVAARES, Maria Santos de. **Licitações e direito ambiental**: o problema da urgência. Recife: Dissertação de mestrado em direito da UFPE, 1983. **(monografia, dissertação ou tese)**

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução no 17, de 1991. Autoriza o desbloqueio de letras financeiras do tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, através de revogação do parágrafo 2º, do artigo 1º da Resolução 72, de 1990. **Coleção de leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991. **(legislação)**

BRASIL. Medida Provisória no 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. Seção 1, p. 29514, 1997. **(legislação)**

BRASIL. Lei no. 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília – DF, 8 dez. 1999. Disponível em: <http//www.in.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?Id=LEI%209887>. Acesso em: 22 dez. 1999. **(legislação)**

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* no 181.636-1, da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 6 dez. 1994. *Lex*: jurisprudência do STJ e Tribunais Federais. São Paulo, v. 10, n. 103, p. 236-240, mar. 1998. **(jurisprudência)**

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n° 14**. Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão de idade, inscrição em concurso para cargo público. Disponível em: <www.truenet.com.br/jurisnet/sumusSTF.html>. Acesso em: 31 out. 2002. **(jurisprudência)**

FARIAS, Patrícia. **Olhar distante**. 2001. 1 fotografia, color, 10 cm x 16 cm. **(fotografia)**

ILUMINADO de Abril, O. Direção: Wilson Cláudio. Produção: Flávio da Luz. Intérpretes: Vilma Terra, Cloves Andrade, Débora Campos, Maria Eduarda Campos e outros. Roteiro: Lúcio Miranda e Arnaldo Silva. Recife: Oficina de Maracatu, 2002. DVD (48 min.), widescreen, color. **(filme)**

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Relatório de pesquisa. **A implementação do estatuto da metrópole na região metropolitana de São Paulo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/20170217_relatorio_implementacao-estatuto.pdf. Acesso em: 30 mar. 2019. **(relatório de pesquisa)**

NUNES, Gilvan Antônio. Propostas de reforma do judiciário. **Jornal Recife**, Recife, 30 out.. Caderno de Filosofia, p. F13, 2002. **(artigo de jornal)**

OLIVEIRA NUNES, José Carlos. Propostas de reforma do judiciário. **Revista de Direito Processual do Cataño**, v. 37, n. 3, p. 47-81, jul./set. 1992. **(artigo impresso)**

PETERS, Gabriel. Bourdieu em pílulas (1): teoria e pesquisa na sociologia. Disponível em: https://quecazzo.blogspot.com/2016/01/bourdieu-em-pilulas-1-teoria-e-pesquisa.html. Acesso em: 30 mar. 2019. **(artigo de blog)**

TREINTA, Fernanda Tavares; FARIAS FILHO, José Rodrigues; SANT'ANNAC, Annibal Parracho; REBELOD, Lúcia Mathias. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, v. 24, n. 3, p. 508-520, jul./set. 2014 Doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132013005000078. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prod/v24n3/aop_prod0312.pdf. **(artigo de periódico online)**

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins. Dezessete anos de judicialização da política. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 2, p. 39-85, nov. 2007. **(artigo de periódico impresso)**

ZENDEMBERG, Carlos Antônio. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. *In*: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE, 4, 1996, Recife. Anais [...]. Recife: UFPE, 1996. p. 48-61. Disponível em: www.ufpe.br/propesq/conic1996/anais.pdf. Acesso em: 21 jan. 1997. **(artigo de evento)**